

Entrou na política de "pára-quadras", hoje é deputada europeia e integra as listas do Partido Socialista para um novo mandato no Parlamento de uma Europa que precisa de uma "nova revolução industrial", uma Europa que deve "caminhar no sentido de um modelo federal". Ana Gomes foi a entrevistada de mais uma emissão do programa Pontos nos J's, no qual foi confrontada pelas questões de Armando Vieira (PSD) e Rodrigo Sá (PS). Candidata à Câmara Municipal de Sintra, a Socialista explica que, a ser eleita, deixará o Parlamento Europeu mas não abdicará da sua "intervenção internacional". Conheça no Nosso Jornal alguns excertos do programa que, no domingo, pelas 11h00, será reposto na íntegra em 104.3 FM

Maria Meireles



Pontos nos J's

A Europa precisa "de uma nova revolução industrial"

No âmbito da crise internacional, fala-se na necessidade de um novo mundo? Qual a sua visão sobre uma Europa renovada?

"Como dizem os chineses, as crises são perigosas mas também são oportunidades. Há que tirar partido da crise no sentido de recolher as lições, analisar o que esteve mal e mudar de paradigma. É isso que a crise nos ensina.

Estávamos com uma situação económica que não tinha sustentabilidade, nem do ponto de vista económico nem do ponto de vista ecológico. Estávamos a consumir desenfreadamente recursos do planeta que são finitos. Temos que perceber que precisamos de mudar para um modo de crescimento diferente, que preserve o planeta e trave esta escalada que estava a tornar cada vez mais pobre a herança que vamos transmitir aos nossos filhos e netos.

Temos que mudar também a forma como nos organizamos, designadamente no campo financeiro, que tem nesta crise as consequências mais desastrosas. Estamos a vê-las com a falência em massa das empresas, o desemprego, e não estamos a falar em números, estamos a falar em pessoas, com dramas reais. Temos que perceber que as teses que dominaram a organização do sistema económico e financeiro nas últimas décadas, as teses neoliberais, faziam no fundo a teologia do mercado, um mercado que se regulava por si, não precisa do Estado. Um mercado em que a palavra-chave era privatizar, desvalorizando os serviços públicos, em que o dinheiro e a ganância, a ostentação e o consumismo desenfreado eram também as tendências dominantes. Este sistema não funciona e, por isso, temos que o abandonar e mudar. Nos Estados Unidos, os americanos já fizeram a opção política que permite a mudança estratégica, ela resulta da escolha do Presidente Obama, que representa uma verdadeira revolução cultural nos Estados Unidos. Na Europa ainda não fizemos essa escolha, temos agora uma oportunidade com as eleições europeias, temos a oportunidade de determinar qual é a família política que vai ser dominante na Europa. Precisamos de uma família política que preserve as essências e valores do modelo europeu, os valores da coesão, da solidariedade, da protecção social, e por outro lado faça essa mudança estratégica. Precisamos de uma nova revolução industrial que nos permita deixar de depender dos combustíveis

fósseis, apostar nas energias renováveis, passar para um novo tipo de economia que crie emprego associado às energias renováveis e apostar em mecanismos de controlo do mercado, já que o mercado não vai desaparecer, o sistema capitalista não vai desaparecer. O mercado existe mas precisa de ser regulado através de uma intervenção selectiva e mais activa da parte do Estado".

Para além da eleição dos deputados ao Parlamento Europeu, num momento seguinte vamos ter que eleger a Comissão Europeia. O secretário-geral do PS já determinou que o apoio do seu partido irá ser na recandidatura de Durão Barroso, no entanto já ouvimos opiniões em rota de colisão com esse discurso. Foi uma das pessoas que já afirmou que dificilmente irá apoiar Durão Barroso. Temos um partido que fala a duas vozes?

"Nestas eleições de sete de Junho é muito importante que os portugueses percebam que não vão votar apenas como portugueses, mas como europeus, ou seja, têm nas suas mãos o poder de contribuir para o que vai ser o futuro da Europa, e no fundo, para o futuro do mundo, porque, cada vez mais, o Mundo precisa de uma Europa como actor global que contribua para a regulação da globalização.

É nessa perspectiva que respondo: A escolha do Presidente da Comissão Europeia, que vai passar por uma votação no Parlamento Europeu, faz-se tendo em conta a família política que venceu as eleições europeias. Também é verdade que o PPE, que é o grupo dominante das famílias de centro de direita, já disse que o seu candidato é o Dr. Durão Barroso, embora sejam conhecidas as muitas contradições que existem entre líderes. Por outro lado, obviamente que, se essa família política não vencer, a grande família alternativa, a Socialista, não vai deixar de apresentar o seu candidato. Sou socialista, apresento um manifesto socialista em Portugal e aos cidadãos europeus, um manifesto que acredito que pode salvar a Europa e o Mundo, pode salvar-nos desta crise, que leve a uma mudança de paradigma. Não é credível para muitos cidadãos que querem essa mudança de paradigma que seja a anterior direcção política que terá a capacidade de operar essa mudança.

Compreendo que o Eng. José Sócrates, até pela relação pessoal que desenvolveu ao longo desta ano com Durão Barroso (que é uma pessoa

muito capaz, ninguém põe isso em causa), se sinta vinculado a este compromisso, no entanto, há coisas que ultrapassam José Sócrates. Se a família socialista vencer, não será Durão Barroso o nome que virá a votação no Parlamento Europeu.

Não estou a falar para o interior do partido, estou a falar com toda a honestidade aos portugueses, até correndo o risco de ser considerada antipatriota, mas não sou! Não escondi que já em 2004 não votei no Dr. Durão Barroso, porque considerei que ele não tinha feito um bom trabalho em Portugal, tanto que se foi embora nas condições em que foi, e foi nomeado presidente da Comissão Europeia obviamente para ser um presidente fraco, uma pessoa que perdeu fragorosamente as eleições no nosso país em 2004. Estou a ser honesta e verdadeira. Temos que ultrapassar visões estreitas e nacionalistas e temos que perceber que hoje temos responsabilidades enquanto cidadãos europeus. Salazar também era português e alguma vez eu o apoiaria para alguma coisa?"

Referiu que era importante alterarmos o paradigma, que a Europa precisa de ter um papel mais activo e interventivo no desenvolvimento da economia. Podemos caminhar para um 'Estados Unidos da Europa'? Podemos caminhar para um exército europeu?

"A gravidade desta crise implica mudanças institucionais. Sou defensora de que o Tratado de Lisboa entre em vigor o mais depressa possível, porque ele vai ser decisivo para agilizar o processo de decisão da União Europeia, mas também digo com clareza que no dia em que ele entrar em vigor vamos ter que começar a trabalhar num novo, que reforce a governação económica e que caminhe no sentido da construção federal. Digo isso sem cautelas, acredito profundamente nisto. Nestes cinco anos de trabalho, mesmo antes de chegarmos a esta viragem que a crise implica, eu já tinha esse sentimento. Da mesma maneira que hoje precisamos de mais Estado para acorrer à resolução da crise, também precisamos de mais Europa, mais integração. No mundo globalizado em que vivemos, não é um país como Portugal, por muitas capacidades que tenha, que pode fazer a diferença. Precisamos de encontrar soluções concertadas, precisamos da Europa. Mais, tenho a percepção, trabalhando no Parlamento Europeu na área das relações exter-

nas e desenvolvimento, que o resto do mundo anseia por uma Europa capaz e interventiva que contribua para um mundo melhor, mais seguro e mais justo.

Nesta mudança de paradigma também incluiu a necessidade da Europa se reforçar no plano político, o que inclui apostar e investir no seu papel no campo da segurança e da defesa, e concretamente no campo militar. Não falo num exército europeu. O que eu quero é que a Europa seja coerente e consequente, e aplique o que já tem acordado nessa área da política externa comum, que tem vindo a desenvolver-se dramaticamente. Desde das divisões sobre a invasão do Iraque, em 2003, houve progressos notáveis que a maioria dos cidadãos talvez não se apercebe. Criou-se uma doutrina de segurança estratégica da União Europeia, que foi aliás agora revista, que identifica as ameaças e os instrumentos que a UE tem para fazer face a eles. Ameaças que nenhum país isoladamente vence, ameaças que vão desde o terrorismo internacional, até às pandemias, aos Estados falhados. Em 2003 foi a primeira vez que a UE teve uma missão militar Europeia, com a intervenção no Congo. Depois disso já houve mais de 20 missões, algumas civis, outras militares, outras civis e militares. A UE tem que apostar nas suas capacidades, tem homens e mulheres, tem armas, tem que os poder mobilizar ora para missões NATO ora para missões da União Europeia, mas tem que ter capacidades. Hoje, a UE, a 27, gasta balúrdios a fazer cinco ou seis modelos de tanques na Europa, porque não faz uma sinergia na criação de um modelo mais tecnológico e em que todos os recursos sejam direccionadas para o produzir?

No que diz respeito à Justiça, qual é o comentário que tem a fazer sobre o actual estado das coisas em Portugal? Como vê as acusações no Caso Freeport? Trata-se de mais urdidura?

"Eu não acredito que o primeiro-ministro, José Sócrates, estivesse envolvido, mas quero que a justiça vá até ao fundo, e celeradamente. É fácil, basta seguir o dinheiro. Sou completamente contrária aos que dizem que estaria na calha um arquivamento. A justiça que faça o que tenha a fazer, se há pressões que resista a elas, é por isso que é independente. Faça o seu trabalho e investigue. Não compreendo como esta investigação, que já vem de 2005, pelo menos, esteve parada durante anos, e volta agora outra vez.

Parece ter conotações políticas. A justiça que faça o que tem a fazer, ouça quem tem que ouvir e explique aos portugueses se houve de facto corrupção e quem foram os corrompidos e os corruptores. Isso é indispensável, é uma questão de sanidade. O que vemos, é que a justiça não funcionou, durante anos esteve parada. O mesmo aconteceu no caso Casa Pia.

Por isso pagamos caro, não só em termos da nossa democracia e da credibilidade do nosso Estado de Direito, mas em termos económicos, porque ninguém investe num país onde a justiça não funciona."

É candidata a uma Câmara Municipal. O que leva alguém que esteve no 'topo do mundo' a vir conversar com as pessoas?

"A política é a actividade mais nobre, é a condução dos destinos do país. O percurso normal de um político é passar primeiro pelo poder local e depois ir para outras esferas de intervenção. Eu entrei na política de pára-quadras, entrei no topo da direcção do PS, no final de 2002. Sinto que me faz falta esta experiência. Por outro lado, isto não é só pessoal. Creio verdadeiramente que num mundo global é preciso agir localmente. Tenho bem a percepção que o verdadeiro teste é justamente aplicar aquilo em que acredito ao nível em que for possível aplicar, no caso concreto na comunidade em que eu vivo, em Sintra. Havendo grandes necessidades, há oportunidades extraordinárias para aplicar aquilo em que acredito em diversas áreas, inserção social, combate ao desemprego, aposta nas energias renováveis, na dinamização cultural. E é essa a minha prioridade. Terei que deixar o Parlamento Europeu, o que não implica que eu abdique de toda a minha intervenção internacional, pelo contrário, esta é uma grande oportunidade de colocar Sintra, cada vez mais, no campo internacional".

O que pensa da regionalização em Portugal?

"É muito importante. Da mesma maneira que acredito numa integração Europeia que nos leve a um modelo federal ao nível político também acredito que a grande pujança vão ser as sinergias que resultam da cooperação transfronteiriça, portanto das regiões que têm interesses comuns independentemente das fronteiras políticas. Por isso faz sentido a regionalização, e já devia ter acontecido".